



# MINISTÉRIO DAS CIDADES

MANHÃ

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01/2013

## 202 – CONTADOR (CLASSE A, PADRÃO I)

Nome do Candidato

Número de Inscrição

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

#### INSTRUÇÕES GERAIS

- O candidato receberá do fiscal: Um Caderno de Questões contendo **70 (setenta) questões** objetivas de múltipla escolha. Uma Folha de Respostas personalizada para a Prova Objetiva e Discursiva.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou borrões. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- A totalidade da Prova terá a duração de **4h30 (quatro horas e trinta minutos)**, incluindo o tempo para preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva e Discursiva.
- Iniciadas as Provas, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorridas **2 (duas) horas** de prova, devendo, ao sair, entregar ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o Caderno de Questões, e as Folhas de Respostas da Prova Objetiva e Discursiva, que serão os únicos documentos válidos para correção.
- O Candidato poderá levar o Caderno de Questões nos últimos **30 (trinta) minutos** que antecedem o término do horário estabelecido para o fim da Prova Objetiva.
- Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.
- Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e depois da utilização deste, ser submetido à revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato está portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, será eliminado automaticamente do concurso.
- O candidato, ao terminar a(s) prova(s), deverá retirar-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não podendo permanecer nas dependências deste, bem como não poderá utilizar os sanitários.

#### INSTRUÇÕES – PROVA OBJETIVA

- Verifique se seus dados estão corretos na Folha de Respostas.
- A Folha de Respostas **NÃO** pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- Assinale a alternativa que julgar correta para cada questão na Folha de Respostas, usando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Para cada questão, existe apenas **1 (uma)** resposta certa – não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emendas ou rasuras.
- O modo correto de assinalar a alternativa é cobrindo, completamente, o espaço a ela correspondente, conforme modelo abaixo:



- Todas as questões deverão ser respondidas.

#### INSTRUÇÕES – PROVA DISCURSIVA

- Para realização da Prova Discursiva, o candidato receberá caderno específico, no qual redigirá com caneta de tinta azul ou preta.
- A Prova Discursiva deverá ser escrita com letra legível, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um fiscal da **Cetro Concursos**, devidamente treinado, que deverá escrever o que o candidato ditar, sendo que este deverá ditar integralmente o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais de acentuação e pontuação.
- Será atribuída nota zero à Prova Discursiva que apresentar sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato.
- O rascunho é de preenchimento facultativo e não vale para finalidade de avaliação.
- Qualquer dúvida, chame o fiscal da sala.

**OS TEXTOS E AS QUESTÕES FORAM REDIGIDOS CONFORME O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, MAS ESTE NÃO SERÁ COBRADO NO CONTEÚDO.**

07/2013



CONCURSOS PÚBLICOS

Espaço reservado para anotação das respostas

### MINISTÉRIO DAS CIDADES – EDITAL Nº 01/2013 202 – CONTADOR (CLASSE A, PADRÃO I) – (MANHÃ)



CONCURSOS PÚBLICOS

Nome: \_\_\_\_\_

Inscrição: \_\_\_\_\_

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70										

O gabarito da Prova Objetiva estará disponível no sit

[ncursos.org.br](http://ncursos.org.br) a partir do dia **16 de julho de 2013**.



## CONHECIMENTOS BÁSICOS

Leia o Texto I abaixo, para responder às questões de 1 a 6.

### Texto I

A notícia de que foi demolida a igreja de Santa Ifigênia me fez voltar ao passado e pensar na história da sua construção, que talvez nem toda a gente conheça hoje.

Quem a fez foi uma antiga escrava, Maria Velha (como era conhecida), em pagamento de promessa. Prometeu construir a capela com o fruto de seu trabalho e de donativos, e assim aconteceu. Ignoro quando começou e quais são os detalhes, mas penso que foi tarefa da maior parte da vida, com migalhas acumuladas num esforço duro de cada dia.

Lembro da construção já na fase final, que caminhava devagar, porque o dinheiro ia pingando aos poucos, destilado pelo esforço da boa velhinha. Ela passava semanalmente pelas casas a fim de apanhar retalhos de pano, que sobravam das costuras e que as senhoras guardavam para lhe dar. Subia da casa onde morava, na rua hoje denominada Belo Horizonte, e vinha vindo, de porta em porta, recebida com estima e carinho. Já estava no fim da vida, creio que na casa dos 80. Era então frágil e curva, sempre arrimada a um bastão polido pelo contato de tantos anos, trazendo com dificuldade nas costas o saco onde punha os retalhos com que fazia colchas, para vendê-las e angariar recursos que iam alimentar a construção. Sei que também fazia doces e quem sabe mais coisas, separando o mínimo para as necessidades e aplicando o mais na realização de seu grande objetivo.

Se não me engano, a consagração foi ali por 1927, talvez no Natal, com festa de congadeiros e moçambiqueiros, pois ela era Rainha Conga. As pessoas gradas compareceram e o padre rezou a primeira missa. Ouvei contar que então Maria Velha teve um momento de extraordinária plenitude, improvisou uma espécie de alocução entrecortada, dizendo que ali estavam os brancos, os ricos, os importantes, mas quem fizera aquela obra de Deus fora ela, pobre, negra e antiga escrava. Depois, recolheu-se à apagada humildade, enquanto os foguetes pipocavam em contraponto festivo com as caixas dos congos e os bumbos dos moçambiqueiros.

A meu ver, Maria Velha deu um alto exemplo de fidelidade às crenças, respeito à própria consciência e tenacidade na realização de um ideal. A integridade com que cumpriu o seu compromisso íntimo deve ser encarada em função da pobreza e desqualificação social que a caracterizavam, pois só assim é possível avaliar a sua justa dimensão. Com efeito, se é louvável

e nobre o fato de uma pessoa abastada praticar atos de generosidade e desprendimento, que a privam quando muito do supérfluo, o que dizer de quem se priva do necessário para realizar uma obra que não vai trazer qualquer vantagem material ou projeção de fama, e corresponde apenas ao império da convicção?

A vida consagrada de Maria Velha ilustra bem um dos lados mais belos dos brasileiros de origem africana, que, vilipendiados, privados de liberdade, humilhados pela própria natureza da sua condição, souberam não obstante ensinar aos seus senhores o que valem a dedicação e a retidão moral. Os escravos não apenas construíram o Brasil com o seu trabalho, mas legaram qualidades humanas que um preconceito obtuso em vão procura negar.

CANDIDO, Antonio. "Duas heroínas" (*A vanguarda*, Cássia/MG, 10/6/1984). Texto com adaptações. In: **Textos de Intervenção / Antonio Candido; seleção apresentação e notas de Vinicius Dantas**. São Paulo: Duas Cidades; Ed.34, 2002. (Coleção Espírito Crítico).

1. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa correta.
  - (A) A expressão "Ignoro", utilizada no 2º parágrafo, compõe uma cadeia de sentido com construções posteriores do texto, como "creio que na casa dos 80" (3º parágrafo) e "Se não me engano" (4º parágrafo), todas elas reveladoras de uma esperada imprecisão do autor, dado estar relatando memórias antigas.
  - (B) O pronome relativo "que", utilizado no último trecho do 1º parágrafo, pode ser substituído, sem que ocorra desvio à prescrição gramatical ou prejuízo semântico, por "a qual", visto que manteria correta relação de sentido e de concordância com seu referente "construção".
  - (C) Em "Prometeu construir a capela com o fruto de seu trabalho e de donativos", a substituição da segunda ocorrência da preposição "de" pela preposição "com" não representaria nenhum prejuízo semântico para o texto nem alteraria efetivamente as relações sintáticas da frase.
  - (D) No 1º parágrafo, seria opcional o uso de uma vírgula após "Santa Ifigênia", sem que isso alterasse o sentido ou a correção gramatical do trecho; já a vírgula após "construção" justifica-se devido ao caráter explicativo da oração adjetiva que a sucede, por isso a opção de tirá-la implicaria alteração no sentido original da frase.
  - (E) No 2º parágrafo, em "Prometeu construir a capela", a substituição do termo sublinhado por um pronome oblíquo átono geraria a construção "Prometeu construí-la". Conforme as regras vigentes de acentuação, o uso do acento em "construí-la" se dá pelo mesmo motivo que o presente em palavras como "fazê-la" ou "levantá-la".

2. Levando em consideração o terceiro parágrafo do texto e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “Lembro da construção já na fase final”, há uma construção coloquial do ponto de vista da regência, que pode adequar-se à modalidade padrão escrita com o uso do verbo “lembrar” em sua forma pronominal (Lembro-me da construção).
- (B) Em “Era **então** frágil e curva”, o termo destacado assume um valor adverbial, referindo-se à época em que Maria Preta havia, conforme o restante da frase, assumido determinadas características físicas. Assim, uma construção semanticamente equivalente ao trecho seria “Era, desse modo, frágil e curva”.
- (C) Em “aplicando o **mais** na realização de seu grande objetivo”, o termo destacado é um advérbio de intensidade, equivalendo em sentido ao destacado nesta frase: *Passou a trabalhar **mais** no novo emprego*.
- (D) Nos trechos: “Ela passava semanalmente **pelas** casas”, “Subia **da** casa onde morava” e “trazendo com dificuldade **nas** costas o saco onde punha os retalhos”, todas as expressões destacadas expressam a mesma circunstância: a de movimento.
- (E) Nos trechos: “a fim de apanhar **retalhos de pano**” e “que iam alimentar **a construção**”, a substituição dos termos destacados pelo pronome oblíquo teria como resultado as seguintes expressões, adequadas à correção gramatical: “a fim de apanhar-lhes” e “que lhe iam alimentar”.

3. Levando em consideração o quarto parágrafo do texto e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa correta.

- (A) Na expressão: “Pessoas **gradas**”, no segundo período, o adjetivo destacado significa “agradecidas”, referindo-se, portanto, ao sentimento das pessoas diante do resultado da luta de Maria Velha.
- (B) No trecho: “Depois, recolheu-se à apagada humildade”, a omissão do acento indicativo de crase seria gramaticalmente possível, entretanto implicaria uma alteração no sentido original da frase.
- (C) É opcional o uso da vírgula após “Se não me engano”, assim como seria opcional esse uso antes da conjunção “e” em “As pessoas gradas compareceram e o padre rezou a primeira missa”.
- (D) As ações representadas pelos verbos destacados em “Maria Velha **teve** um momento” e “ali **estavam** os brancos” possuem, respectivamente, uma relação de anterioridade e de concomitância com a representada pelo verbo “fazer” em “quem fizera aquela obra de Deus fora ela”.
- (E) O trecho “recolheu-se à apagada humildade” está na voz passiva sintética. Sua transposição para a voz passiva analítica (“a apagada humildade foi recolhida”) não implicaria prejuízo semântico para o texto.

4. Levando em consideração o raciocínio construído no quinto parágrafo pelo autor do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A pergunta do autor revela sua dúvida para tirar conclusões a respeito da comparação entre os atos generosos de pessoas abastadas e os de pessoas como Maria Velha.
- (B) Os atos de generosidade de uma pessoa abastada implicam, para ela, a privação de aspectos essenciais a sua vida.
- (C) Para o autor do texto, a nobreza da atitude de Maria Velha não pode ser equiparada aos atos altruístas de uma pessoa abastada.
- (D) O autor enxerga diferença entre as pessoas que realizam uma obra a qual não lhe trará vantagem material ou projeção de fama e aquelas que o fazem em consonância com suas convicções.
- (E) A finalidade do raciocínio construído pelo autor é apontar que as virtudes de uma pessoa independem de sua posição social.

5. Levando em consideração o último parágrafo do texto e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa correta.

- (A) Pelo contexto, percebe-se que “consagrada” significa “digna de aclamação”, e “vilipendiados” é sinônimo de “esforçados”, “persistentes”.
- (B) No trecho: “souberam **não obstante** ensinar aos seus senhores (...)”, a expressão destacada pode ser substituída por “enfim”, sem prejuízo para o sentido original do trecho.
- (C) No último período do texto, a conjunção adversativa “mas” pode ser substituída, sem prejuízo para o sentido original do trecho, por “entretanto”.
- (D) No trecho: “ensinar aos seus senhores o que **valem** a dedicação e a retidão moral”, a prescrição gramatical condena a flexão do verbo destacado no singular.
- (E) No último período do texto, acrescentar “nos” como complemento do verbo “legar” (“mas **nos** legaram qualidades humanas”) seria gramaticalmente aceitável e manteria a coerência com o sentido que a frase original assume no contexto.

Leia o Texto II abaixo, para responder às questões de 6 a 10.

### Texto II

A negação do racismo, uma hipocrisia que durante décadas orientou o discurso oficial brasileiro, apenas serviu para aprofundar ainda mais as desigualdades e impedir que o Estado e a sociedade atuassem de forma a enfrentar o problema.

Todos os indicadores sociais atestam que recaem sobre a parcela negra dos brasileiros inúmeras mazelas sociais e toda sorte de violência e violação de direitos. As desigualdades e discriminações de natureza racial são evidentes no cotidiano e comprovadas por variadas estatísticas. Cite-se como exemplo a renda dos brancos, que costuma ser o dobro da renda dos negros, relação esta que tem se mantido estável ao longo do tempo.

Embora há décadas o Movimento Negro brasileiro, sindicatos, universidades e setores progressistas denunciem o racismo e proponham políticas para sua superação, o Governo Federal não havia assumido uma política nacional articulada e contínua para a promoção da igualdade racial.

A despeito de o sistema jurídico outorgar um conjunto de leis que se ocupem da igualdade nos direitos individuais e políticos (de que seria exemplo a liberdade religiosa), dos direitos sociais, direito educacional, direitos culturais, entre outros, as estatísticas indicam que tais direitos estão longe de serem eficazes, pelo que cabe ao Governo Federal – observados os limites institucionais do Poder Executivo – envidar esforços no sentido de assegurar eficácia àqueles direitos.

Para tornar eficazes os direitos, o Estado tem que redefinir o seu papel no que se refere à prestação dos serviços públicos, de forma a ampliar sua intervenção nos domínios das relações intersubjetivas e privadas, buscando traduzir a igualdade formal em igualdade de oportunidades e tratamento.

Daí a necessidade de uma intervenção estatal, norteada pelos princípios da transversalidade, da participação e da descentralização, que seja capaz de tornar iguais as oportunidades, impulsionando de modo especial aquele segmento que há cinco séculos trabalha para edificar este país, mas que continua sendo o alvo predileto de toda sorte de mazelas, discriminações, ofensas a direitos e violência pura e simples, material e simbólica.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial. **Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial**. Texto com adaptações. SEPPPIR, 2003. 14 p. Disponível em <<http://www.seppir.gov.br/publicacoes/pnpir.pdf>>. Acesso em 15/06/2013.

6. Comparando os textos I e II, assinale a alternativa correta.

- (A) Ambos tangem a questão do preconceito racial no Brasil, mas o texto I é mais imparcial, devido à utilização mais eloquente dos recursos expressivos da língua.
- (B) Ambos os textos trazem uma preocupação com a urgência da intervenção do Estado para se combater o descaso sofrido pelos negros no Brasil, desde a época da escravidão.
- (C) Em ambos os textos, há um predomínio da narração, apesar de eles demonstrarem claramente um ponto de vista acerca da condição do negro no Brasil.
- (D) No texto II, a construção do raciocínio se dá de forma mais racional e objetiva, ao passo que no texto I o autor dá maior vazão a sua subjetividade.
- (E) No texto II, há o objetivo de apresentar o tema sem a inserção de opinião, característica própria de textos oficiais como esse; não é o que ocorre no texto I, em que o autor aponta claramente sua opinião no último parágrafo do texto.

7. Levando em consideração os dois parágrafos iniciais do texto e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa correta.

- (A) No 1º parágrafo, a vírgula após “discurso oficial brasileiro” pode ser substituída pela conjunção aditiva “e”, sem que isso represente prejuízo para o sentido ou para a organização sintática da frase.
- (B) No 1º parágrafo, o uso do termo “Estado” com inicial maiúscula representa uma norma exclusiva dos documentos oficiais, no caso de ele se referir à ideia de “nação” ou “governo”.
- (C) O trecho que inicia o 2º parágrafo pode ser substituído por “Todos os indicadores sociais atestam recaírem sobre a parcela negra dos brasileiros inúmeras mazelas sociais”, sem que isso represente prejuízo para o sentido ou para a correção gramatical da frase.
- (D) No final do 2º parágrafo, no fragmento “que costuma ser o dobro da renda dos negros”, o trecho destacado pode ser substituído, de modo a evitar uma repetição de termos, por “que costuma ser o dobro dos negros”, o que manteria a correção gramatical e o sentido da frase.
- (E) No final do 2º parágrafo, a estabilidade mencionada em “tem se mantido estável ao longo do tempo” refere-se a um abrandamento da desigualdade racial anteriormente citada no parágrafo.

8. Assinale a alternativa que apresenta a **melhor** reescritura do terceiro parágrafo segundo as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, preservando o sentido que assume no texto.

- (A) Por mais que o Governo Federal não havia assumido uma política nacional articulada e contínua para a promoção da igualdade racial, há décadas o Movimento Negro brasileiro, sindicatos, universidades e setores progressistas denunciam o racismo e propõem políticas para sua superação.
- (B) Na medida em que há décadas o Movimento Negro brasileiro, sindicatos, universidades e setores progressistas denunciam o racismo e propõem políticas para sua superação, o Governo Federal não havia assumido uma política nacional articulada e contínua para a promoção da igualdade racial.
- (C) O Governo Federal não havia assumido uma política nacional articulada e contínua para a promoção da igualdade racial, tanto que há décadas o Movimento Negro brasileiro, sindicatos, universidades e setores progressistas denunciam o racismo e propõem políticas para sua superação.
- (D) O Governo Federal não havia assumido uma política nacional articulada e contínua para a promoção da igualdade racial, apesar de há décadas o Movimento Negro brasileiro, sindicatos, universidades e setores progressistas denunciarem o racismo e proporem políticas para sua superação.
- (E) Há décadas o Movimento Negro brasileiro, sindicatos, universidades e setores progressistas denunciam o racismo e propõem políticas para sua superação; o Governo Federal não havia, pois, assumido uma política nacional articulada e contínua para a promoção da igualdade racial.

9. Levando em consideração o quarto parágrafo do texto e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa correta.

- (A) A expressão “A despeito de” introduz, nesse parágrafo, uma ideia de causa e consequência, que também seria exercida se essa expressão fosse substituída por “Por conta de”.
- (B) O trecho “(de que seria exemplo a liberdade religiosa)” pode ser reescrito como “(cujo exemplo seria a liberdade religiosa)”, sem que haja prejuízo para o sentido ou para a correção gramatical.
- (C) A conexão estabelecida por “pelo que” pode também ser realizada, dispensando outras alterações, pelo conectivo “onde”, sem que haja prejuízo para o sentido ou para a correção gramatical.
- (D) No trecho: “estatísticas indicam que **tais direitos** estão longe de serem eficazes”, a expressão destacada pode ser substituída por “estes”, sem que haja prejuízo para o sentido ou para a correção gramatical.
- (E) Em “A despeito **de o** sistema jurídico outorgar”, há uma construção condenada em textos escritos na modalidade padrão da língua; a recomendação, nesse caso, é realizar a contração entre a preposição e o artigo (“do”).

10. Levando em consideração os dois últimos parágrafos e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa correta.

- (A) Sendo retirados os acentos gráficos das palavras “Daí”, “país” e “público”, dar-se-ia origem a três novas palavras existentes na Língua Portuguesa, mas de sentidos diferentes.
- (B) Em “descentralização”, o prefixo “des-” possui o mesmo significado que o existente nos prefixos dos termos “transversalidade” e “intersubjetivas”.
- (C) Como em “intersubjetivas”, observa-se nos termos “interrelação” e “intercontinental” uma adequação às convenções ortográficas vigentes.
- (D) No trecho: “ofensas a direitos” é necessária a utilização de acento grave indicativo de crase (à), já que o substantivo “ofensas” rege preposição “a”.
- (E) Em “**que** seja capaz de tornar iguais”, o termo destacado refere-se a “princípios”, citado no fragmento anterior.

11. Quanto às opções de recuperação do sistema operacional Windows (versão 7), marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) A opção “Reparo de Inicialização” corrige determinados problemas, como arquivos do sistema ausentes ou danificados, que podem impedir o Windows de ser iniciado corretamente.
  - ( ) A opção “Restauração do Sistema” restaura os arquivos do sistema do computador para um ponto anterior no tempo, sem afetar os arquivos, como e-mail, documentos ou fotos.
  - ( ) A opção “Recuperação da imagem do sistema” cria uma imagem do sistema, ou seja, trata-se de um *backup* personalizado da partição que contém o Windows sem incluir programas e dados do usuário, como documentos, imagens e músicas.
  - ( ) A opção “Prompt de comando” permite executar operações relacionadas à recuperação e outras ferramentas de linha de comando, a fim de diagnosticar e solucionar problemas.
- (A) F/ V/ V/ V
  - (B) F/ F/ F/ F
  - (C) F/ F/ V/ F
  - (D) V/ V/ F/ V
  - (E) V/ F/ V/ V

12. Assinale a alternativa que apresenta o recurso mantido no ambiente Microsoft Office PowerPoint 2013.
- (A) Equation Editor.
  - (B) Reproduzir animações.
  - (C) Organizador de Clipes da Microsoft.
  - (D) Visualizador para o PowerPoint 2013.
  - (E) O formato padrão de mídia para vídeo é o .wmv e para áudio é o .wma.

13. Considerando o ambiente Microsoft Office Excel 2013, correlacione as colunas e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

Clique em:	Para:
1. Inserir	( ) Congelar painéis.
2. Página Inicial	( ) Criar tabelas, gráficos e hiperlinks.
3. Fórmulas	( ) Localizar dados nas células.
4. Exibição	( ) Encontrar funções.

- (A) 1/ 2/ 3/ 4
- (B) 1/ 3/ 2/ 4
- (C) 2/ 3/ 4/ 1
- (D) 3/ 4/ 1/ 2
- (E) 4/ 1/ 2/ 3

14. Com relação às redes de computadores, assinale a alternativa correta.
- (A) HTTP é um protocolo simples, do tipo solicitação-resposta, que roda sobre o TCP.
  - (B) O único jeito de um navegador entrar em contato com um servidor é estabelecer uma conexão TCP para a porta 80 na máquina servidora.
  - (C) O sucesso do buscador *Google* é que ele considera como o melhor parâmetro para classificar a importância de uma página o número de vezes que a palavra-chave buscada é repetida nela.
  - (D) HTML é uma linguagem de programação para a Internet.
  - (E) Ataques de negação de serviço ocorrem quando o atacante (*cracker, hacker*) invade o *site* atacado e substitui o conteúdo original por outro.

15. Assinale a alternativa que apresenta um comando que **não** faz parte da lista de comandos do sistema operacional Linux.
- (A) A linha de comando "*date*" – Exibe e edita a data e a hora atuais do sistema.
  - (B) A linha de comando "*/lsusb*" – Lista informações sobre os barramentos USB do computador e sobre os dispositivos a eles conectados.
  - (C) A linha de comando "*chmod*" – Altera as permissões de acesso de arquivos e diretórios.
  - (D) A linha de comando "*locate*" – Pesquisa em uma base de dados de nomes de arquivos por nomes que satisfaçam um determinado padrão.
  - (E) A linha de comando "*svchost*" – Comando de host do Linux.

16. Correlacione as pragas virtuais (Coluna A) com as ações adequadas para evitar infecção dos computadores (Coluna B) e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

Coluna A	Coluna B
1. <i>Spyware</i>	( ) Deve-se cancelar a instalação de <i>software</i> gratuito que exige a instalação de outros "programas" como parte do programa desejado.
2. <i>Phishing</i>	( ) Não se deve clicar em <i>links</i> de URL em programas de mensagens instantâneas, a menos que sejam esperados e de origem conhecida.
3. <i>Spam</i>	( ) Não se deve fornecer informações confidenciais por <i>e-mail</i> ou por mensagens instantâneas.
4. <i>Malware</i>	( ) Somente devem ser transferidos arquivos de origem conhecida.

- (A) 1/ 2/ 3/ 4
- (B) 1/ 3/ 2/ 4
- (C) 2/ 3/ 4/ 1
- (D) 3/ 4/ 1/ 2
- (E) 4/ 1/ 2/ 3

17. Herculano, Raimundo e Eduardo são irmãos e compraram uma propriedade no valor de R\$800.000,00. Herculano entrou com R\$400.000,00, Raimundo com R\$300.000,00 e Eduardo com R\$100.000,00. Algum tempo depois, venderam a propriedade por R\$1.200.000,00. Portanto é correto afirmar que cabe a Raimundo a quantia de
- (A) R\$450.000,00.
  - (B) R\$480.000,00.
  - (C) R\$500.000,00.
  - (D) R\$550.000,00.
  - (E) R\$580.000,00.

18. Observe a lei de formação de duas sequências.
- 1ª) O primeiro termo é escolhido aleatoriamente; todos os outros são obtidos calculando a metade do termo anterior menos 2.
- 2ª) O primeiro termo é escolhido aleatoriamente; todos os outros são obtidos calculando o dobro do termo anterior mais 4.

Suponha que as duas sequências tenham o primeiro termo igual a 60. O produto entre o 4º termo da 1ª sequência e o 4º termo da 2ª sequência é

- (A) 0.
- (B) 128.
- (C) 1.008.
- (D) 2.032.
- (E) 4.080.

19. Cinco rapazes – Zito, Beto, Fred, Giba e Kaká – são jogadores profissionais. Um deles joga basquete, o outro joga vôlei, o outro futebol, o outro hóquei e o outro joga handebol. Têm-se as seguintes informações:

- I. esses jogadores atuam nos EUA, na Espanha, na Inglaterra, na Itália e na França.
- II. Zito não atua na França e nem joga vôlei.
- III. Kaká joga handebol e atua na Espanha.
- IV. o jogador que atua nos EUA joga vôlei e não é Fred.
- V. o jogador de hóquei não é Giba.
- VI. Fred não atua na Inglaterra e não joga hóquei.
- VII. o jogador de futebol atua na Inglaterra e não é Giba.
- VIII. o jogador de basquete, que não é Zito, atua na Itália.

Com base nessas informações, é correto afirmar que o jogador que atua na Inglaterra e o jogador de basquete são, respectivamente,

- (A) Zito e Fred.
- (B) Beto e Fred.
- (C) Zito e Giba.
- (D) Beto e Giba.
- (E) Zito e Beto.

20. Dado o número complexo  $z = 2 + 4i$ , o valor de  $z^3$  é

- (A)  $88 - 16i$ .
- (B)  $-88 - 32i$ .
- (C)  $-88 - 16i$ .
- (D)  $-88 + 16i$ .
- (E)  $-88 + 32i$ .

21. Três irmãos pretendem comprar um computador. Da quantia necessária, Sílvia possui  $\frac{1}{4}$ , Juliana possui  $\frac{1}{5}$  e Renato possui R\$324,00, porém ainda faltam 28% do valor. Logo, é correto afirmar que o computador custa

- (A) R\$1.000,00.
- (B) R\$1.100,00.
- (C) R\$1.200,00.
- (D) R\$1.300,00.
- (E) R\$1.400,00.

22. Laís tem três gatos: um persa, um siamês e um angorá. Um dos gatos se chama Bolinha, o outro se chama Elly, e o outro se chama Mingau. Têm-se as seguintes informações:

- I. ou o gato persa se chama Bolinha, ou o angorá se chama Bolinha.
- II. ou o persa se chama Elly, ou o siamês se chama Mingau.
- III. ou o angorá se chama Mingau, ou o siamês se chama Mingau.
- IV. ou o siamês se chama Elly, ou o angorá se chama Elly.

Portanto os nomes dos gatos persa, siamês e angorá são, respectivamente,

- (A) Mingau, Elly e Bolinha.
- (B) Elly, Mingau e Bolinha.
- (C) Bolinha, Elly e Mingau.
- (D) Elly, Bolinha e Mingau.
- (E) Bolinha, Mingau e Elly.

23. A respeito do provimento, de acordo com a Lei nº 8.112/1990, analise as assertivas abaixo.

- I. A promoção não interrompe o tempo de exercício, que é contado no novo posicionamento na carreira a partir da data de publicação de ato que promover o servidor.
- II. O servidor que deva ter exercício em outro município em razão de ter sido removido, redistribuído, requisitado, cedido ou posto em exercício provisório terá, no mínimo, 10 (dez) e, no máximo, 30 (trinta) dias de prazo contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
- III. O servidor em estágio probatório não poderá exercer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação, e somente poderá ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargos de Natureza Especial.
- IV. Reintegração é o retorno à atividade de servidor aposentado.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

24. Sobre as vantagens dos servidores públicos, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens: indenizações; gratificações e adicionais.
- (B) As gratificações e os adicionais não podem incorporar-se ao vencimento ou provento.
- (C) As vantagens pecuniárias não serão computadas, nem acumuladas para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.
- (D) Constituem indenizações ao servidor: ajuda de custo, diárias, transporte e auxílio-moradia.
- (E) Além do vencimento e das vantagens previstas na Lei nº 8.112/1990, serão deferidos aos servidores: adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas e gratificação por encargo de curso ou concurso.

25. Sobre as responsabilidades do servidor público, segundo a Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa correta.

- I. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
- II. A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
- III. As sanções civis, penais e administrativas não poderão cumular-se, sob risco de duplicidade de penalidade ao servidor.
- IV. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria, bem como quando se der por insuficiência de provas.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

26. Com relação à Lei de Improbidade Administrativa, nº 8.429/1992, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Aquele que exerce transitoriamente ou sem remuneração, mandato, cargo, emprego ou função pública não é considerado agente público para os fins desta lei.
- (B) Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.
- (C) No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
- (D) Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.
- (E) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

27. O processo administrativo é regulado pela Lei nº 9.784/1999, que prevê o seguinte:

- I. os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses.
- II. a desistência ou renúncia do interessado, quanto ao processo administrativo, prejudicará o prosseguimento do processo, não podendo a Administração nele prosseguir sob pretexto algum.
- III. a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- IV. o direito de a Administração anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em 10 anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

É correto o que está contido em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

28. Sobre os recursos em sede de processo administrativo, de acordo com a Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa correta.

- (A) Não cabe recurso em processo administrativo, senão em face de razões de legalidade.
- (B) O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de dez dias, o indeferirá.
- (C) A interposição de recurso administrativo depende de caução.
- (D) Se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria enunciado da súmula vinculante, caberá à autoridade prolatora da decisão impugnada, se não a reconsiderar, explicitar, antes de encaminhar o recurso à autoridade superior, as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.
- (E) O recurso administrativo tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.

29. “É entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para a exploração de atividade econômica que o governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito. É pessoa jurídica da administração indireta”. O enunciado diz respeito à

- (A) sociedade de economia mista.
- (B) autarquia.
- (C) empresa pública.
- (D) fundação pública.
- (E) agência reguladora.

30. “Consiste no ato administrativo da competência exclusiva do Chefe do executivo, só podendo ser editado pelo Presidente da República, Governadores e Prefeitos e tanto pode conter abrangência genérica, revestindo-se de caráter normativo, como pode ter alcance individualizado”. A descrição acima refere-se ao(à)

- (A) resolução.
- (B) decreto.
- (C) portaria.
- (D) despacho.
- (E) alvará.

31. A respeito do Poder de Polícia, analise as assertivas abaixo.

- I. É o conjunto de atribuições concedidas à Administração para disciplinar e restringir, em favor do interesse público adequado, direitos e liberdades individuais.
- II. Restringe o exercício de atividades ilícitas, do mesmo modo que a polícia judiciária.
- III. Consistem em manifestações do Poder de Polícia: a licença, que é ato administrativo vinculado pelo qual o poder público, verificando que o interessado atendeu a todas as exigências legais, possibilita-lhe a realização de atividades ou de fatos materiais, vedados sem tal apreciação; e a autorização que é ato administrativo discricionário e precário, pelo qual a Administração consente no exercício de certa atividade.
- IV. Entre as sanções decorrentes do Poder de Polícia temos: apreensão e destruição de gêneros alimentícios deteriorados, apreensão de armas e instrumentos usados na caça e pesca proibidas, guinchamento de veículos, multas, fechamento de estabelecimentos, embargo de obra, demolição de obra.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, III e IV, apenas.

32. Com relação aos atos da Administração decorrentes da Lei nº 8.666/1993, assinale a alternativa correta.

- (A) Cabe recurso, no prazo de 15 dias a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, no caso de julgamento das propostas.
- (B) Dos atos da Administração não cabem representação.
- (C) Cabe pedido de reconsideração no caso de anulação ou revogação da licitação, no prazo de 5 dias.
- (D) Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 dias.
- (E) O recurso será dirigido à mesma autoridade que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 10 dias.

33. Sobre a licitação, de acordo com a Lei nº 8.666/1993, é correto afirmar que

- I. subordinam-se ao regime desta lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- II. a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- III. é vedado aos agentes públicos estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, observadas as ressalvas da lei.
- IV. em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos idosos, às micro e pequenas empresas nacionais e aos bens e serviços produzidos no País.

É correto o que está contido em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

34. A respeito da dispensa de licitação, é correto afirmar, segundo a Lei nº 8.666/1993, que

- I. é dispensável a licitação quando houver inviabilidade de competição.
- II. é dispensável a licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- III. dispensa-se a licitação para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência da referida lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- IV. é dispensável a licitação para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precepuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

É correto o que está contido em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

35. Sobre os direitos e garantias fundamentais, conforme artigo 5º da Constituição Federal, analise as assertivas abaixo.

- I. A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- II. A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e o homicídio doloso ou culposo, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, omitirem-se.
- III. Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- IV. Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, eis que é personalíssima, não podendo a obrigação de reparar o dano estender-se aos sucessores.

É correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

36. Sobre os direitos e garantias constitucionais, de acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
- (B) O civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.
- (C) Será admitida ação privada nos crimes de ação pública se esta não for intentada no prazo legal.
- (D) A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- (E) Ninguém será preso senão por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária ou policial competentes, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

37. Sobre o instituto da intervenção, de acordo com a Constituição Federal, analise as assertivas abaixo.

- I. A União poderá intervir nos Estados ou no Distrito Federal para reorganizar as finanças da unidade da federação que suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior.
- II. O Estado intervirá em seus Municípios, e a União nos Municípios localizados em Território Federal, quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
- III. A decretação da intervenção dependerá, no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Congresso Nacional.
- IV. O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação da Presidência da República ou do Governador do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) I e III, apenas.

38. A Constituição Federal prevê que o Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado e, ainda, que

- (A) será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, computados os em branco e os nulos.
- (B) se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até 30 dias após a proclamação do resultado, concorrendo todos os candidatos e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.
- (C) se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á o vice do mais votado.
- (D) se, decorridos 10 dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.
- (E) em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.

39. A respeito da tributação, conforme dispõe a Constituição Federal, analise as assertivas abaixo.

- I. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição, sendo que essas poderão ter a base de cálculo própria de impostos.
- II. Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- III. Cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- IV. Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, III e IV, apenas.

40. Sobre o Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A União, mediante Medida Provisória, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
- (B) Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no artigo 150, incisos I e III da Constituição Federal.
- (C) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.
- (D) A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.
- (E) É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. Auditoria realizada na empresa Cidades S/A, no encerramento do exercício de 2012, demonstrou que o contador deixou de registrar alguns valores, relativos à receita de juros recebidos de clientes, que haviam sido depositados em conta bancária da empresa. O contador, então, optou por retificar a escrituração de 2012. A respeito dessa situação, é correto afirmar que, caso o contador não tivesse feito a retificação, o balanço dessa empresa estaria com o(a)

- (A) ativo circulante superavaliado.
- (B) passivo circulante hiperavaliado.
- (C) ativo não circulante subavaliado.
- (D) patrimônio líquido superavaliado.
- (E) situação líquida subavaliada.

42. Em relação à Lei nº 6.404/1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) A empresa Boqueirão S/A foi constituída em 31/05/2013 e, excepcionalmente no exercício de 2013, seu exercício social poderá ter duração diferente de 1 ano.
- ( ) Quando do encerramento do exercício da empresa Boqueirão S/A, os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, (especialmente estoques), dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo serão indicados em Notas Explicativas, que complementarão as Demonstrações Financeiras.
- ( ) A Hauer S/A é uma empresa de capital fechado que atua no ramo de cosméticos. Em 2012, apresentou em seu balanço um patrimônio líquido de R\$1.990.000,00. Diante desse fato, a empresa ficou obrigada a elaborar e publicar a Demonstração dos Fluxos de Caixa – afinal, os acionistas precisavam saber a composição de tanto dinheiro.
- ( ) No final de 2012, a mesma Hauer S/A, por ter capital fechado, observou ainda as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e foi obrigatoriamente submetida a uma auditoria independente, por profissionais registrados no Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
- ( ) Durante o exercício social de 2012, a empresa Botânico S/A, sociedade por ações, observando a Lei nº 6.404/1976 (atualizada pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009), contabilizou, no Ativo Diferido, os desembolsos com despesas pré-operacionais e gastos na reestruturação, que contribuíram efetivamente para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configuraram tão somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional.

- (A) V/ V/ V/ F/ V
- (B) V/ V/ F/ F/ F
- (C) F/ V/ F/ V/ F
- (D) V/ F/ V/ V/ V
- (E) F/ F/ V/ F/ V

43. A Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) é uma empresa de serviços de transporte ferroviário de passageiros, com sede na cidade do Rio de Janeiro e ligada ao Ministério das Cidades. Imagine que a diretoria da empresa decida que alguns trens com longo tempo de uso sejam colocados à venda. Nesse caso, o contador da CBTU terá que reclassificar esses itens. Sobre essa hipótese, e considerando o Pronunciamento nº 31 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovado pela Resolução nº 1.188/2009 do Conselho Federal de Contabilidade, é correto afirmar que a CBTU deve mensurar o valor dos trens que estão contabilizados

- (A) no ativo não circulante e classificados como mantidos para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo diminuído das despesas de venda.
- (B) no ativo circulante e classificados como mantidos para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo diminuído das despesas de venda.
- (C) no ativo circulante e classificados como mantidos para venda pelo maior entre o seu valor contábil e o valor justo mais as despesas de venda.
- (D) no ativo não circulante e classificados como mantidos para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo mais as despesas de venda.
- (E) no ativo não circulante e classificados como mantidos para venda pelo maior entre o seu valor histórico e o valor justo menos as despesas de compra.

44. A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A (TrensUrb), desde 2003, atende às orientações do Ministério das Cidades. Imagine que, para o exercício de 2014, ela decida adquirir novos trens. O contador da empresa, para cumprir o Pronunciamento nº 27 do CPC (aprovado pela Resolução nº 1.177/2009 do Conselho Federal de Contabilidade), deverá considerar os custos envolvidos na operação para mensurar o valor a ser considerado ativo imobilizado. Acerca do que compreende o custo de um item do ativo imobilizado, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O preço de aquisição dos trens, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.
- (B) Qualquer custo diretamente atribuível aos trens para colocá-los no local e nas condições necessárias para os mesmos serem capazes de funcionar da forma pretendida pela administração.
- (C) Os custos de frete e de manuseio dos trens até Porto Alegre.
- (D) Os custos administrativos e outros custos indiretos.
- (E) Os custos de preparação do local e dos trilhos.

45. O objetivo do Pronunciamento nº 26 do CPC, aprovado pela Resolução nº 1.185/2009 e alterado pela Resolução nº 1.376/2011 do CFC, é definir a base para a apresentação das demonstrações contábeis, a fim de assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as de outras entidades, estabelecendo requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo. Assim sendo, cada demonstração contábil e respectivas notas explicativas devem ser identificadas claramente. A esse respeito, é correto afirmar que as informações abaixo devem ser divulgadas de forma destacada (e repetida, se necessário), para a devida compreensão da informação apresentada, **exceto**

- (A) o nome da entidade à qual as demonstrações contábeis dizem respeito, ou outro meio que permita sua identificação, bem como qualquer alteração que possa ter ocorrido nessa identificação desde o término do período anterior.
- (B) se as demonstrações contábeis se referem a uma entidade individual ou a um grupo de entidades.
- (C) a data-base das demonstrações contábeis, notas explicativas e o respectivo período abrangido.
- (D) a moeda de apresentação.
- (E) o nível de arredondamento usado na apresentação dos valores nas demonstrações contábeis.

46. O gestor público toma suas decisões, muitas vezes, baseado nas demonstrações contábeis e na qualidade dos fatos contábeis registrados nesses relatórios. Por isso, é importante que os fatos contábeis sejam registrados conforme a legislação vigente. A respeito disso, analise a sequência dos fatos contábeis abaixo (ocorridos em uma empresa pública ligada ao Ministério das Cidades) e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta da classificação desses fatos.

- 1. Aquisição de uma locomotiva nova para uso da empresa no transporte de passageiros, a prazo.
  - 2. Pagamento de despesa com refeições, em dinheiro.
  - 3. Pagamento de financiamento antes do vencimento com desconto de 5%.
- (A) 1. Diminutivo/ 2. Permutativo/ 3. Aumentativo.
  - (B) 1. Permutativo diminutivo/ 2. Misto/ 3. Modificativo.
  - (C) 1. Modificativo/ 2. Permutativo/ 3. Diminutivo.
  - (D) 1. Modificativo aumentativo/ 2. Permutativo/ 3. Misto diminutivo.
  - (E) 1. Permutativo/ 2. Modificativo diminutivo/ 3. Misto aumentativo.

47. Para cumprir a Lei nº 6.404/1976 e suas alterações, o contador da Portão Ltda., empresa do ramo varejista com capital social de R\$5.000.000,00, procedeu à avaliação de seus ativos. Essa empresa possuía direitos classificados no ativo intangível, que foram avaliados pelo

- (A) valor presente, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização.
- (B) custo incorrido na aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização.
- (C) custo de aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação.
- (D) custo de aquisição, deduzido de provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor.
- (E) custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for superior.

Considere a tabela abaixo, com informações contábeis extraídas do livro Razão da empresa Trem do Futuro S/A, para responder às questões 48 a 51.

1.	Bancos conta movimento	99.000
2.	Financiamentos de longo prazo	30.000
3.	Estoque de combustível	32.000
4.	Capital social	100.000
5.	Locomotivas	88.000
6.	ISS a recolher	14.000
7.	Custo dos serviços prestados	501.000
8.	Salários e ordenados	19.000
9.	Contribuições para o INSS	51.000
10.	Despesas com provisão para devedores duvidosos	2.000
11.	Depreciação acumulada	4.000
12.	Reserva de capital	15.000
13.	Vendas de serviços	800.000
14.	Impostos e taxas	13.000
15.	PIS e Cofins	8.000
16.	ISS sobre serviços prestados	50.000
17.	Despesas com FGTS	3.000
18.	Duplicatas a pagar	9.000
19.	PIS e Cofins a recolher	25.000
20.	Contas a receber	120.000
21.	Despesas com depreciação	15.000
22.	Provisão para devedores duvidosos	4.000

48. Com base nesses dados, é correto afirmar que, quando o contador da empresa elaborar o balancete de verificação, obterá um total de débitos no valor de

- (A) R\$2.002.000,00.
- (B) R\$1.001.000,00.
- (C) R\$986.000,00.
- (D) R\$999.000,00.
- (E) R\$997.000,00.

49. A demonstração do resultado do exercício oferece uma síntese financeira dos resultados operacionais e não operacionais de uma empresa em certo período. Em alguns casos, ela é elaborada anualmente, para fins legais de divulgação, mas, em geral, é feita mensalmente, para fins administrativos, e trimestralmente para fins fiscais. Com base nos dados da tabela, é correto afirmar que a elaboração da demonstração do resultado da empresa resultará em

- (A) prejuízo líquido de R\$138.000,00.
- (B) lucro líquido de R\$146.000,00.
- (C) lucro líquido de R\$188.000,00.
- (D) prejuízo líquido de R\$611.000,00.
- (E) lucro líquido de R\$138.000,00.

50. O Balanço Patrimonial foi reformulado pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, que introduziram um novo conceito globalizado para esse demonstrativo. Atualmente, o Balanço Patrimonial deve evidenciar, tanto para o ativo quanto para o passivo, a parcela que corresponde ao circulante e ao não circulante. Com base nesse conceito e nos dados da tabela, é correto afirmar que o Balanço Patrimonial apresentará um ativo

- (A) total de R\$335.000,00.
- (B) circulante de R\$247.000,00.
- (C) não circulante de R\$88.000,00.
- (D) circulante de R\$251.000,00.
- (E) total de R\$339.000,00.

51. A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é o informe contábil que evidencia, de forma sintética, os valores correspondentes à formação da riqueza gerada pela empresa em determinado período e sua respectiva distribuição. A Lei nº 6.404/1976, com suas alterações, determina que, ao fim de cada exercício social, a diretoria das companhias abertas fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, a demonstração do valor adicionado. Com base nos dados da tabela, é correto afirmar que a DVA da empresa apresentará um valor adicionado líquido de

- (A) R\$282.000,00.
- (B) R\$284.000,00.
- (C) R\$297.000,00.
- (D) R\$299.000,00.
- (E) R\$304.000,00.

52. O pronunciamento técnico CPC 03 (R2) serviu de base para que a NBC TG 03 (Demonstração dos Fluxos de Caixa) fosse aprovada pelo CFC. Analise a tabela abaixo – que contém dados necessários para elaborar, pelo método direto, a Demonstração dos Fluxos de Caixa da empresa Seminário S/A – e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta o valor do caixa líquido gerado pelas atividades operacionais.

Operações	Valores (R\$)
Aquisição de ações de empresa da controlada	-1.000
Compra de ativo imobilizado	-3.500
Dividendos pagos	-1.500
Dividendos recebidos	1.900
IR e contribuição social pagos	-8.000
IR na fonte sobre dividendos recebidos	-1.000
Juros pagos	-1.000
Juros recebidos	500
Pagamento de passivo por arrendamento	-9.000
Pagamentos a fornecedores e empregados	-20.000
Recebimento pela emissão de ações	2.500
Recebimento pela venda de equipamento	2.000
Recebimento por empréstimo a longo prazo	3.000
Recebimentos de clientes	40.000

- (A) R\$100,00.  
 (B) R\$5.000,00.  
 (C) R\$10.000,00.  
 (D) R\$11.000,00.  
 (E) R\$19.000,00.

53. De acordo com a Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal do Brasil, alguns órgãos e entidades da Administração Pública federal são obrigados a reter na fonte: o Imposto sobre a Renda (IR); a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); e a contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos feitos às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras. Assinale a alternativa que apresenta um tipo de órgão ou entidade que **não** está obrigado a essas retenções.

- (A) As empresas públicas.  
 (B) As autarquias.  
 (C) As entidades em que a União detenha qualquer participação do capital social.  
 (D) As fundações federais.  
 (E) As sociedades de economia mista.

54. A MMM's S/A, empresa de capital fechado que atua no ramo alimentício desde 1995, tinha um patrimônio líquido de R\$2.150.232,00 em 31/12/2012. A tabela abaixo contém dados contábeis extraídos do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício relativos a 2011 e 2012 e publicados no início de 2013. Com base nela, elabore a Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método indireto e, em seguida, assinale a alternativa **incorreta**.

Aquisição de ações de empresa da controlada	-2.000,00
Aumento nas contas a receber de clientes	-1.000,00
Compra de ativo imobilizado	-3.500,00
Depreciação	500,00
Despesas de juros	200,00
Diminuição nas contas a pagar – fornecedores	-3.000,00
Diminuição nos estoques	2.000,00
Dividendos pagos	-4.000,00
Dividendos recebidos	700,00
IR e contribuição social pagos	-1.500,00
IR na fonte sobre dividendos recebidos	-200,00
Juros pagos	-500,00
Juros recebidos	500,00
Lucro líquido antes do IR e CSLL	10.000,00
Pagamento de passivo por arrendamento	-2.000,00
Perda cambial	400,00
Recebimento pela emissão de ações	2.500,00
Recebimento pela venda de equipamento	2.000,00
Recebimento por empréstimos a longo prazo	3.000,00
Resultado de equivalência patrimonial	-300,00

- (A) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais = R\$6.600,00.  
 (B) Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento = -R\$2.300,00.  
 (C) Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento = -R\$500,00.  
 (D) A empresa está obrigada a elaborar e publicar a Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/2012.  
 (E) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa = R\$3.000,00.

55. Considere que, durante o programa anual de fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU), foram analisados os pagamentos dos serviços de vigilância prestados ao Ministério das Cidades durante a vigência da Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal do Brasil. O valor dos serviços prestados foi de R\$100.000,00. Com base nesses dados, é correto afirmar que o valor correto de tributos retidos na nota fiscal deverá ter sido de

- (A) R\$5.850,00.  
 (B) R\$4.890,00.  
 (C) R\$9.450,00.  
 (D) R\$1.240,00.  
 (E) R\$2.200,00.

56. Considere que o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), autarquia federal vinculada ao Ministério das Cidades, realizou, em maio de 2013, diversos pagamentos, devidamente contabilizados. Assinale a alternativa que apresenta o prestador de serviços que sofreu retenção de tributos no momento do pagamento, em consonância com a Instrução Normativa nº 1.234/2012.

- (A) Conselho Federal de Psicologia.
- (B) Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte.
- (C) Condomínio edilício onde funciona uma sala do Denatran.
- (D) Empresa de telefonia móvel.
- (E) Sindicato dos Servidores Públicos Federais.

57. Acerca do Sistema de Contabilidade Federal, analise as assertivas abaixo.

- I. Visa a evidenciar a situação orçamentária, financeira e patrimonial da União.
- II. Tem por finalidade, utilizando as técnicas contábeis, registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial da União, e evidenciar, entre outros itens, as operações realizadas pelos órgãos ou entidades governamentais e seus efeitos sobre a estrutura do patrimônio da União.
- III. Tem como objetivo, entre outros, promover a busca da convergência aos padrões internacionais de Contabilidade, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.
- IV. A contabilidade federal será exercida mediante atividades de reconhecimento, de mensuração, de registro e de controle das operações relativas à administração orçamentária, financeira e patrimonial da União, com vistas à elaboração de demonstrações contábeis.
- V. As atividades de Contabilidade compreendem a formulação de diretrizes para orientação adequada, mediante o estabelecimento de normas e procedimentos que assegurem consistência e padronização das informações produzidas pelas unidades gestoras.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) I e V, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) II, IV e V, apenas.

58. Sobre os princípios de Contabilidade sob a perspectiva do setor público, correlacione as colunas e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

#### Coluna A

1. Princípio que se afirma, para o ente público, pela autonomia e responsabilização do patrimônio a ele pertencente.
2. No âmbito da entidade pública, a continuidade está vinculada ao estrito cumprimento da destinação social do seu patrimônio, ou seja, a continuidade da entidade se dá enquanto perdurar sua finalidade.
3. Princípio que é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos processos de reconhecimento, mensuração e evidenciação da informação contábil, dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade pública, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público.
4. Nos registros dos atos e fatos contábeis, será considerado o valor original dos componentes patrimoniais. Esse valor, que ao longo do tempo não se confunde com o custo histórico, corresponde ao valor resultante de consensos de mensuração com agentes internos ou externos, com base em valores de entrada – a exemplo dos custos: histórico, histórico corrigido e custo corrente; ou valores de saída –, a exemplo dos valores de liquidação, de realização, presente do fluxo de benefício do ativo e justo.
5. Princípio que se aplica integralmente ao setor público.
6. As estimativas de valores que afetam o patrimônio devem refletir a aplicação de procedimentos de mensuração que prefiram montantes, menores para ativos, entre alternativas igualmente válidas, e valores maiores para passivos.

#### Coluna B

- ( ) Princípio da continuidade.
- ( ) Princípio da entidade.
- ( ) Princípio da oportunidade.
- ( ) Princípio da competência.
- ( ) Princípio da prudência.
- ( ) Princípio do registro pelo valor original.

- (A) 4/ 6/ 5/ 3/ 1/ 2
- (B) 2/ 1/ 3/ 5/ 6/ 4
- (C) 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6
- (D) 2/ 5/ 1/ 3/ 6/ 4
- (E) 2/ 3/ 5/ 1/ 6/ 4

59. A Contabilidade Pública é uma subdivisão da Contabilidade aplicada a diferentes tipos de atividades e entidades. Assinale a alternativa que **não** apresenta um campo de atuação da Contabilidade Pública.

- (A) Estados.
- (B) União.
- (C) Municípios.
- (D) Autarquias.
- (E) Empresas públicas que não utilizam recursos à conta do Orçamento Público.

60. O reconhecimento da receita orçamentária ocorre no momento da arrecadação, conforme a Lei nº 4.320/1964, e decorre do enfoque orçamentário dessa lei, tendo por objetivo evitar que a execução das despesas orçamentárias ultrapasse a arrecadação efetiva. A esse respeito, assinale a alternativa que apresenta o registro correto da previsão da receita no momento da aprovação da lei orçamentária.

(Considere: D = débito; C = crédito.)

- (A) D = Receita a realizar  
C = Previsão inicial da receita
- (B) D = Previsão inicial da receita  
C = Controle da disponibilidade de recursos
- (C) D = Previsão inicial da receita  
C = Receita a realizar
- (D) D = Controle da disponibilidade de recursos  
C = Disponibilidade por destinação de recursos
- (E) D = Disponibilidade por destinação de recursos  
C = Receita a realizar

61. A Lei nº 4.320/1964 estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Os demonstrativos nos quais os resultados gerais do exercício serão demonstrados são, **exceto**:

- (A) Balanço Orçamentário.
- (B) Balanço Financeiro.
- (C) Demonstração das Variações Patrimoniais.
- (D) Demonstração do Resultado do Exercício.
- (E) Balanço Patrimonial.

62. Suponha que uma empresa pública vinculada ao Ministério das Cidades decida, em 2013, aumentar sua participação no capital de outra empresa, cujo objeto social seja comercializar apólices de seguro. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que esse desembolso será contabilizado como

- (A) Despesa de capital – Inversões financeiras.
- (B) Despesa de capital – Transferências correntes.
- (C) Despesa de custeio – Inversões financeiras.
- (D) Despesa de capital – Investimentos.
- (E) Despesa de custeio – Investimentos.

63. Sobre a execução orçamentária definida na Lei nº 4.320/1964, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Legislativo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.
  - ( ) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria, para o Estado, obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
  - ( ) Não é permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.
  - ( ) Para cada empenho, será extraído um documento denominado “nota de empenho”, que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.
  - ( ) A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- (A) V/ F/ F/ V/ F
  - (B) F/ V/ F/ V/ V
  - (C) V/ F/ V/ F/ F
  - (D) V/ V/ V/ V/ V
  - (E) F/ F/ F/ F/ F

64. De acordo com o Plano de Contas aplicado ao Setor Público, as contas contábeis podem ser classificadas quanto à natureza do saldo, à variação na natureza do saldo, à movimentação que sofrem, à frequência das movimentações no período e à necessidade de desdobramento. De acordo com essa última classificação, é correto afirmar que uma conta analítica é aquela que

- (A) funciona como agregadora, possuindo conta em nível inferior.
- (B) tem frequente movimentação no período.
- (C) tem pouca movimentação no período.
- (D) tem saldo devedor ou credor.
- (E) recebe escrituração, não possuindo conta em nível inferior.

65. Além de obedecer às demais normas de Contabilidade Pública, a escrituração das contas públicas observará também normas sobre o regime contábil. Sobre o regime contábil aplicado ao setor público, assinale a alternativa correta.

- (A) A despesa será registrada segundo o regime de caixa.
- (B) Somente a assunção de compromisso será registrada segundo o regime de competência.
- (C) O resultado dos fluxos financeiros será registrado pelo regime de caixa em caráter complementar.
- (D) O resultado dos fluxos financeiros será registrado pelo regime de competência em caráter complementar.
- (E) A despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de caixa, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de competência.

66. A respeito da unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, analise as assertivas abaixo.

- I. A realização da receita e da despesa da União far-se-á por via bancária, em estrita observância ao princípio de unidade de caixa.
- II. A arrecadação de todas as receitas da União far-se-á na forma disciplinada pelo Ministério da Fazenda, devendo o seu produto ser obrigatoriamente recolhido à conta do Tesouro Nacional no Banco Central do Brasil.
- III. Entende-se por receita da União todo e qualquer ingresso de caráter originário ou derivado, ordinário ou extraordinário e de natureza orçamentária ou extraorçamentária, seja geral ou vinculado, que tenha sido decorrente, produzido ou realizado direta ou indiretamente pelos órgãos competentes.
- IV. A posição líquida dos recursos do Tesouro Nacional no Banco Central do Brasil será depositada no Banco do Brasil, à ordem do Tesouro Nacional.
- V. Os recursos de caixa do Tesouro Nacional compreendem o produto das receitas da União, deduzidas as parcelas ou cotas-partes dos recursos tributários e de contribuições, destinadas aos estados, ao Distrito Federal, aos territórios e aos municípios, na forma das disposições constitucionais vigentes.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) I, III e V, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) II, III e V, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

67. O Siafi é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal. Desde sua criação, tem alcançado satisfatoriamente seus principais objetivos. Assinale a alternativa que **não** apresenta um objetivo do Siafi.

- (A) Prover mecanismos adequados ao controle diário da execução orçamentária, financeira e patrimonial aos órgãos da Administração Pública.
- (B) Permitir que a Contabilidade Pública seja fonte segura e tempestiva de informações gerenciais destinadas a todos os níveis da Administração Pública Federal.
- (C) Permitir o registro contábil dos balancetes dos estados e municípios e de suas supervisionadas.
- (D) Padronizar métodos e rotinas de trabalho relativas à gestão dos recursos públicos, implicando rigidez a essa atividade, uma vez que ele permanece sob o controle total do ordenador de despesa central.
- (E) Proporcionar a transparência dos gastos do Governo Federal.

68. Sabendo que é vedada a abertura de conta bancária para movimentação de suprimentos de fundos, suponha que, em maio de 2013, o Ministério da Fazenda tenha solicitado a concessão de suprimento de fundos para atender a peculiaridades de um de seus órgãos essenciais no pagamento de despesas excepcionais. Neste caso, o limite de despesa a ser observado para a concessão do Suprimento de Fundos será de

- (A) R\$4.000,00.
- (B) R\$8.000,00.
- (C) R\$5.000,00.
- (D) R\$32.500,00.
- (E) R\$7.500,00.

69. O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal compreende as atividades de avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos da União e de avaliação da gestão dos administradores públicos federais, utilizando como instrumentos a auditoria e a fiscalização. Integram esse sistema a Secretaria Federal de Controle Interno, como órgão central, e órgãos setoriais. Na área de atuação da Secretaria Federal de Controle Interno, como órgão central, está o(a)

- (A) Casa Civil.
- (B) Ministério das Relações Exteriores.
- (C) Ministério da Defesa.
- (D) Advocacia Geral da União.
- (E) Ministério das Cidades.

70. O Macroprocesso do Sistema de Custos do Governo Federal (MPCUST) compreende as atividades do Sistema de Custos do Governo Federal. A respeito das atividades deste Sistema, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Prestar apoio, assistência e orientação na elaboração de relatórios gerenciais do Sistema de Informações de Custos (SIC) das unidades administrativas e entidades subordinadas.
- (B) Subsidiar os gestores do órgão com informações gerenciais, a partir do SIC, com vistas a apoiá-los no processo decisório.
- (C) Comunicar a autoridade responsável sobre a falta de informação da unidade administrativa gestora sobre a execução financeira dos projetos e atividades a seu cargo.
- (D) Elaborar os relatórios de análise de custos que deverão compor a Prestação de Contas do Presidente da República, conforme as orientações do Tribunal de Contas da União.
- (E) Promover a disseminação das informações de custos nas entidades subordinadas.

## PROVA DISCURSIVA

Nas atribuições solidárias entre os Governos Federal, Estaduais e Municipais, como o financiamento da habitação e da infraestrutura urbana, o Ministério das Cidades está desenhando novas políticas e sistemas com vistas a viabilizar o investimento coerente e integrado, de modo a racionalizar os recursos de acordo com as prioridades e necessidades previstas em planos, indicadores de desempenho e posturas definidos de forma democrática. Descreva em, no mínimo, 20 e, no máximo, 30 linhas, o conceito de Transferências Voluntárias e as exigências necessárias conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, para que o Ministério das Cidades efetue transferências voluntárias, visando a atender aos programas de habitação, saneamento, programas urbanos, transporte, mobilidade e infraestrutura urbana. Informe se é possível utilizar recursos transferidos para fim diverso do pactuado.

**RASCUNHO**

**RASCUNHO**